



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

1 **A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e**
2 **pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

3
4 **CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

5
6 **DATA:** 04 de fevereiro de 2020

7 **HORÁRIO:** 09h.

8 **LOCAL:** Rua Esteves Júnior, 8º andar da SES.

9
10 **PRESENTES À REUNIÃO**

11
12 **SES:** Lourdes de Costa Remor (CIB), Adriana Heberle (DIAF), Graziella Melissa
13 Scarton Buchrieser (DIAF), Patrícia Backes (DIAF), Shirley Miki Kobori Miura
14 (DIAF), Liemar Coelho Vieira (DIAF), Letícia Simon (COJUR), Fernanda Alves de
15 Cruz (DIAF), Luisa Stankiewicz (Macro Florianópolis).

16
17 **COSEMS:** Simone de Souza (COSEMS), Edson Luiz Medeiros (COSEMS),
18 Luciane Savi (COSEMS), Louise D. Chiaradia Delatorre (Joinville), Flávia Mattos
19 Moro (Tubarão), Patrícia Bernardi Sassi (Brusque), Alice Buss Cruz Ribeiro (São
20 José), Thiago Francisco Backes (Garuva), Queli B. S. Seifert (Criciúma), Ana
21 Paula da Silva (Florianópolis), Dievan Bisognin da Silva (Porto Belo), Lígia
22 Hoepfner (Pomerode), Andrei Kolaceke (Joinville), Lilian Vizentin (São José),
23 Paola Sofka Ramos (Rio do Sul), Juliana Coral (Guaramirim), Bruna Eliane
24 Sviercowski (Lages).

25
26 **Justificaram ausência:** Paulo Brentano Junior (GEBER).

27
28 **Coordenação:** Luciane Savi

29
30 **ITENS DE PAUTA**

- 31 1. Formsus dos 100 itens;
32 2. Atualização da validade do LME (CEAF);
33 3. Formsus para opióides/dor crônica;
34 4. Municípios integrantes do PNAISP;
35 5. Logística de medicamentos do programa saúde da mulher;
36 6. Atuação das regionais de saúde na estruturação da AF municipal;
37 7. Pré-requisitos para acesso à enoxaparina pelo CEAF;
38 8. Posição de estoques das Insulinas Humanas NPH e regular em SC;
39 9. Outros assuntos que ocorrerem.

40
41 Luciane inicia explicando sobre o funcionamento das reuniões de câmara
42 técnica, considerando a participação dos novos membros presentes, e informa
43 sobre o revezamento da coordenação da reunião entre estado e municípios.
44 Apresenta ao grupo o coordenador técnico do Cosems, sr. Edson, o assessor de
45 imprensa do Cosems, Sr. Celso, e a secretária executiva do Cosems, sra.
46 Simone.

47



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

48 Referente ao item permanente de pauta - leitura e aprovação da ata da reunião
49 anterior, no caso dezembro/2019, Letícia da COJUR/SES propõe complementar
50 a ata informando sobre o Termo de Cooperação Técnica em que o atendimento
51 dos processos judiciais pelas farmácias municipais ocorreria devido a
52 determinações judiciais, pois o que estão sendo cumpridos seriam ações
53 judiciais do estado e/ou município.

54

55 **1.FORMSUS DE 100 ITENS**

56 Adriana Heberle, diretora da DIAF, informa que foi feito um formulário - Formsus
57 com base nos itens aprovados na CIB de dezembro/2019 para ata de registro de
58 preço estadual. O formulário serve para que os municípios indiquem o seu
59 consumo de cada item, de modo que a SES possa calcular o quantitativo a ser
60 licitado. Adriana informa que a realização do Formsus é para ter uma ideia real
61 do consumo e é melhor ter uma ata que dure por menos tempo (+/- 10 meses)
62 do que uma ata superestimada. Será visto como será feito o parecer técnico dos
63 itens. Sugestão é montar uma comissão para a análise técnica da licitação.
64 Luciane Savi, Assessora do Cosems, lembra que, para a análise técnica dos
65 insumos para diabetes, alguns municípios se disponibilizaram para ajudar,
66 conforme ata de câmara técnica passada. Shirley Miki Kobori Miura (DIAF)
67 apresenta o formulário FORMSUS. Adriana informa sobre a importância do uso
68 do e-mail institucional e pede apoio do Cosems para a divulgação do formulário
69 entre os municípios. Liemar Coelho Vieira (DIAF) sugere até 28/02/2020 tempo
70 para o preenchimento do formulário. Os municípios presentes são consultados
71 sobre o prazo e o consideram razoável. Luciane Savi reforça, para evitar
72 equívocos, que fique em destaque no formulário se é para o município indicar a
73 média anual ou mensal e que seja redigida uma orientação para ser enviada
74 junto com o formulário que será preenchido pelo município, inclusive reforçando
75 que os municípios declarem o seu consumo real, sem subestimar ou sobrestimar
76 as médias. Isso é importante para que se calcule o quantitativo real para a
77 contratação e se assegure bons preços a longo prazo com os fornecedores, os
78 quais consideram o histórico de saldos em contrato com a instituição. Em
79 relação à aquisição de insumos, Liemar questiona sobre a necessidade de
80 constar no descritivo das seringas a exigência de atender a NR32, já que esta é
81 uma precaução para o profissional e as seringas são para uso dos pacientes. Foi
82 consenso a retirada desta exigência no descritivo.

83

84 **2 .ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DO LME**

85 Graziella Melissa Scarton Buchrieser (DIAF) informa que a Portaria MS 13 de
86 06/01/2020 (<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-13-de-6-de-janeiro-de-2020-237059261>) altera a validade do LME. Informa que a DIAF está trabalhando junto a
88 Celepar para que o sistema SISMEDEX seja atualizado e a alteração da
89 vigência da LME ocorra de forma mais automática possível.

90

91 **3.FORMSUS PARA OPIÓIDES/DOR CRÔNICA**

92 Graziella Melissa Scarton Buchrieser (DIAF) apresenta o formulário FormSUS
93 para opióides/dor crônica. Este formulário faz parte de uma pesquisa junto aos
94 municípios sobre as opções terapêuticas que estão sendo fornecidas em âmbito



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

95 municipal e subsidiará a decisão da DIAF/SES em relação à ampliação do uso
96 dos medicamentos, que são atualmente utilizados somente para dor oncológica,
97 para dor crônica. Considerar as farmácias de unidades básicas de saúde, não
98 excluindo o SAMU. Ligia, SMS de Pomerode questiona o número de pacientes
99 no formulário. A sugestão é colocar a média anual. Luciane Savi sugere à DIAF
100 que, ao divulgar a pesquisa para os municípios informe um profissional de
101 referência na regional de saúde para que possa tirar eventuais dúvidas do
102 município quanto ao preenchimento do formulário. O prazo final para o
103 preenchimento do formulário será dia 28 de fevereiro de 2020. O Cosems se
104 dispõe a ajudar na divulgação dos formulários nos municípios.

105 **Encaminhamentos:** a DIAF encaminhará, junto com o formulário, a orientação e
106 indicará a Regional para suporte dos municípios em relação à eventuais dúvidas
107 no preenchimento do formulário. Observar o prazo final para o preenchimento
108 que será dia 28/02/2020.

109

110 **4. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PNAISP**

111 Graziella Melissa informa que em 2019 foram publicadas 4 portarias e que 6
112 municípios (Caçador, Canoinhas, Itapema, Joaçaba, Tijucas e Videira) aderiram
113 a política. Xanxerê solicitou a sua exclusão da política, mas o MS informou que
114 uma vez que o município tenha aderido, não poderá ser excluído. Trinta
115 municípios aderiram a política até 2019 e 6 ainda não aderiram. Graziella solicita
116 ao Cosems apoio para que incentivem os municípios que não aderiram a
117 política, a aderirem. Ana Paula da SMS Florianópolis e Edson do Cosems
118 explicam que os municípios precisam manter equipes dentro dos presídios para
119 garantir os recursos e que muitas vezes o recurso não é suficiente para pagar
120 este serviço, motivo pelo qual muitos municípios preferem não aderir à PNAISP.
121 Ana Paula informa que em Florianópolis este público não está desassistido, uma
122 vez que os medicamentos são disponibilizados pela UBS próxima ao presídio.
123 A adesão é critério para o recebimento do recurso da Assistência Farmacêutica.
124 Para receber o recurso para custeio das equipes é necessário que as mesmas
125 sejam habilitadas.

126 **Encaminhamentos:** Levar para aprovação na CIB para a inclusão dos 6
127 municípios de Caçador, Canoinhas, Itapema, Joaçaba, Tijucas e Videira na
128 PNAISP para que recebam o recurso da Assistência Farmacêutica diretamente
129 do Fundo Nacional de Saúde.

130

131 **5. LOGÍSTICA DE MEDICAMENTOS DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER**

132 Luciane Savi, Assessora do Cosems, menciona o e-mail da DIAF enviado aos
133 municípios sobre a distribuição dos medicamentos para o Programa Saúde da
134 Mulher. Luciane cita que chamou atenção o conteúdo do e-mail, em que 'manda'
135 os municípios adquirirem, com recursos próprios, os medicamentos em falta pela
136 distribuição do estado. Luciane entende que a competência não é do estado em
137 adquirir medicamentos de competência da União, mas o posicionamento do
138 estado frente ao desabastecimento com a orientação de, 'mandar' o município
139 comprar medicamentos com recurso próprio. Solicita esclarecimentos do estado.
140 Graziella Melissa da DIAF esclarece que a competência do fornecimento do
141 medicamento é da União e entende que o e-mail foi equivocado. Letícia Simon



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

142 da COJUR esclarece que SES e Cosems devem se unir na cobrança da
143 União/MS sobre a competência a ela atribuída. Isso tem desencadeado em
144 Judicialização aos estados e municípios sempre sobrecarregando esses,
145 enquanto a União fica numa posição confortável. Adriana Heberle, Diretora da
146 DIAF, cita que, quando houve desabastecimento de insulina, ao cobrar do MS
147 essa falta, ouviu do MS que os municípios recebem recurso para assistência
148 farmacêutica e deveriam adquirir com esse recurso. Luciane Savi solicita a
149 disponibilização dessa resposta do MS ao Cosems. Simone de Souza,
150 Secretária Executiva do Cosems, sugere que a SES relate os estoques dos
151 medicamentos recebidos da União para o Programa Saúde da Mulher e os
152 períodos em que receberam, de modo a identificar desde quando há
153 desabastecimento para cada item do programa. Edson Medeiros, Assessor do
154 Cosems, sugere que essa pauta vá para a CIB e não para Câmara Técnica de
155 Gestão como foi também sugerido. Luciane sugere que a DIAF/SES verifique a
156 possibilidade de aquisição estadual desses itens para evitar desabastecimento
157 nos municípios.

158 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB para encaminhamentos, sugerindo a
159 elaboração de Ofício da CIB para a CIT relatando as irregularidades no
160 abastecimento e questionando as soluções. Trazer informação sobre o
161 desabastecimento e desde quando (o período).

162

163 **6. ATUAÇÃO DAS REGIONAIS DE SAÚDE NA ESTRUTURAÇÃO DA AF MUNICIPAL**

164 Luciane Savi coloca que tem recebido reclamações de gestores municipais,
165 principalmente da Região Carbonífera / Sul Catarinense. Citam o excesso de
166 intervenções do farmacêutico da Regional com relação aos municípios. Foi
167 relatado intervenções no elenco de medicamentos para aplicação na UBS, e que
168 o profissional da regional estaria proibindo o município de manter determinados
169 medicamentos na UBS para aplicação, acarretando a ida do usuário para
170 atendimento em hospital para situações que poderiam ser resolvidas na UBS.
171 Adriana Heberle cita que não chegou à DIAF reclamações dos municípios e se
172 sente surpresa com relação à Região citada e solicita que esta reclamação seja
173 encaminhada com mais dados para que seja verificada em loco esta
174 reclamação. Refere que sempre solicita as Regionais que apóiem, visitem e
175 orientem os municípios. Os municípios estão abandonados e acabam fazendo
176 muita coisa errada na dispensação de medicamentos, existem locais com
177 farmacêutico trabalhando 2 h diárias e que ocorre troca destas informações com
178 o CRF/SC acerca dessas situações. Adriana coloca que a DIAF está trabalhando
179 para que as regionais tenham mais informação técnica e consigam orientar de
180 forma melhor os municípios. O trabalho é sempre pedir orientação. Esta queixa
181 surpreende principalmente por vir desta região de saúde pois, temos outras
182 regiões que necessitam de atenção. DIAF possui o mapeamento dos problemas
183 no estado sabe quais são as regionais enfraquecidas e iniciará um trabalho de
184 fortalecimento este ano diretamente com os municípios. A DIAF está
185 organizando para o ano de 2020 eventos nas Macro regiões de saúde com a
186 participação das regionais e dos farmacêuticos dos municípios. Estamos
187 querendo uma aproximação com os municípios e que estes se adéqüem na
188 Assistência Farmacêutica. Existem municípios que tratam o medicamento de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

189 forma inadequada e que alguns secretários de saúde não dão a devida
190 importância ao farmacêutico. Quéli Seifert de Criciúma esclarece que os
191 farmacêuticos da sua Regional fiscalizam os serviços/farmácias dos municípios.
192 Acredita que o entendimento do município deve ser equivocado, pois cita que a
193 Regional de Criciúma tem apoiado e ajudado os municípios. Louise de Joinville
194 questiona se as Regionais possuem cronograma de visitas, pois nunca recebeu
195 visita da Regional em Joinville. Ligia de Pomerode comenta que existem
196 Regionais bem atuantes e que todas as regionais deveriam ser assim, para
197 ajudar na organização dos municípios. Representantes de outras regiões
198 presentes comentaram que nunca receberam visita da regional. Foi consenso
199 que existe heterogeneidade na atuação das regionais e que é necessário
200 padronizar tal atuação. Os presentes sugeriram verificar o caso em pauta,
201 encarando-o, por ora, como um caso isolado e que é importante o registro em
202 CIR caso se repitam.

203

204 **7. PRÉ-REQUISITOS PARA ACESSO À ENOXAPARINA PELO CEAF**

205 Luciane Savi informa que recentemente foram incorporados no SUS (PORTARIA
206 Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2020) vários exames que serão pré-requisitos para o
207 acesso à enoxaparina pelo CEAF e questiona se a SES já está organizado o
208 fluxo para a realização desses exames. Adriana Heberle esclarece sobre a
209 incorporação desses exames para o acesso à enoxaparina. Cita que já solicitou
210 aos hospitais da SES e a Gerência dos Hospitais Contratualizados, a
211 disponibilização desses exames. O prazo para a incorporação de acordo com a
212 Portaria é de 180 dias. O medicamento será financiado pela União e a
213 responsabilidade sobre os exames dependerá das organizações da RAS local. O
214 protocolo pertinente já direciona para atenção especializada. As referências para
215 gestação de alto risco deverão considerar o acesso a estes exames. Há
216 consenso de que o acesso a estes exames não é tema para a CTAF.

217 **Encaminhamentos:** Levar para a Câmara Técnica de Gestão para discutir o
218 recurso para pagamento dos exames e fluxo para o acesso.

219

220 **8. POSIÇÃO DE ESTOQUES DAS INSULINAS HUMANAS NPH E REGULAR EM SC**

221 Luciane Savi coloca que trouxe essa pauta com o objetivo de obter mais
222 informações diante de comunicado oficial do MS sobre irregularidade no
223 abastecimento para os estados, e conseqüentemente para os municípios.
224 Questiona como está o posicionamento do estoque no estado e se há medidas
225 para evitar o desabastecimento. Graziella Melissa informa que, para fevereiro de
226 2020 até metade do mês de março não haverá falta. Como precisa de geladeira,
227 o estoque do medicamento não pode ser muito grande, esclarece Graziella.
228 Luciane questiona se a SES tem algum plano para evitar o desabastecimento de
229 insulinas em SC, uma vez que haveria estoque só até a metade de março e que
230 não se poderia transferir a responsabilidade da aquisição para os municípios
231 como solução para o problema. Os representantes dos municípios questionam
232 se, durante o desabastecimento, poderiam fornecer a apresentação em caneta,
233 a qual atualmente possui fornecimento limitado. Adriana Heberle refere que
234 contatará o MS para ver a previsão do medicamento insulina. Luciane questiona
235 sobre a possibilidade da SES adquirir as insulinas para evitar o



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

236 desabastecimento nos municípios. Adriana informa que não pode responder isso
237 no momento mas se compromete a verificar com os demais setores da SES.
238 Luciane solicita que a SES forneça o posicionamento sobre o abastecimento
239 tanto das insulinas como dos medicamentos do programa saúde da mulher 1 vez
240 por semana, bem como a resposta sobre a possibilidade de aquisição pelo
241 estado.

242 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB para encaminhamento sobre a insulina.
243 Similar ao medicamento do Programa de Saúde da Mulher (Levar para a CIB
244 para encaminhamentos, sugerindo a elaboração de Ofício da CIB para a CIT
245 relatando as irregularidades no abastecimento e questionando as soluções.
246 Trazer informação sobre o desabastecimento e desde quando).

247

248

INFORMES

249 1. FEBRE AMARELA

250 Adriana Heberle, com relação à febre amarela, informa que foram realizadas
251 reuniões na SES e identificados os hospitais Nereu Ramos e Hospital Hans
252 Dieter Schmidt como referência para tratamento de casos graves de febre
253 amarela no estado. Os pacientes serão encaminhados através da Regulação.
254 Adriana cita também que houve orientação para que não seja utilizado o
255 paracetamol nos pacientes que chegam nas unidades de saúde com febre. Com
256 relação ao coronavírus, as informações oficiais estão disponíveis no site da
257 saúde: www.saude.sc.gov.br/coronavirus e a vigilância em saúde está tomando
258 todas as precauções.

259

260 2. HEPATITE

261 Graziella informa que o MS não se posicionou com relação à Nota Técnica. A
262 Nota Técnica não está oficializada, conseqüentemente, o cronograma. Luciane
263 lembra que o tema foi levado para as CIR, para que as regiões contribuam para
264 a construção da deliberação CIB que orientará o acesso ao tratamento de
265 hepatites em SC.

266

267 3. HIV

268 Graziella informa que o MS regularizou o 2 em 1 e o tenofovir 300mg, alguns
269 medicamentos continuam com problema de abastecimento: abatacept sol oral,
270 raltegravir 100mg (parcial) lopinavir+ritonavir, o AZT inj será remanejado
271 internamente pois o estado não recebeu.

272

273 4. OFTALMOLOGIA:

274 Graziella informa que recebeu um processo de solicitação de medicamento para
275 uveíte, que segundo o PCDT e um dos documentos exigidos é o laudo do
276 oftalmologista para solicitação deste medicamento. No processo consta
277 encaminhamento do paciente no município de Joinville para consulta com
278 oftalmologista em clínica conveniada. Ao consultar registro no CRM e CFM do
279 médico prescritor, não foi identificado o "RQE" da especialidade de oftalmologia.

280

281 5. TALIDOMIDA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

282 Luisa Stankiewicz (Macro Florianópolis) cita que na Região existem somente 03
283 municípios credenciados para a talidomida. Cita que tem surgido demandas em
284 outros municípios. Solicita apoio do Cosems para que outros municípios se
285 credenciem, se adequando as exigências sanitárias. O medicamento é
286 disponibilizado pelo MS. Luciane Savi sugere à DIAF que verifique em todas as
287 regionais o diagnóstico de credenciamento para a talidomida. No momento a
288 vigilância sanitária credencia o município quando há demanda de paciente. A
289 sugestão é que se credencie uma unidade centralizada em cada município.
290 Edson Medeiros sugere que cada município tenha uma unidade credenciada.
291 Julia Coral de Guaramirim sugere que a Regional ofereça suporte aos
292 municípios pequenos. Foi exposto que cada realidade deve ser avaliada e que
293 deve-se evitar que um município tenha que assumir o serviço de outro, e que em
294 alguns casos cabe à regional disponibilizar o medicamento e não o município
295 vizinho. Luisa Stankiewicz pensa que devem ser regularizados, tanto os
296 municípios quanto as regionais.

297 **Encaminhamentos:** A SES fará o diagnóstico nas regionais e onde os
298 municípios não puderem se credenciar, que a regional dê o suporte.

299

300 **6. REPASSE AOS MUNICÍPIOS**

301 Adriana Heberle cita que foi atualizado o repasse sobre os medicamentos do
302 componente básico aos municípios, atualizado pela população 2019 mas que,
303 como esta portaria foi publicada no final de 2019 e o PPA para 2020 não previu
304 este reajuste, a SES atualizará para a referência IBGE 2016, o que levará à
305 atualização da deliberação CIB 501/13, que apresenta o populacional defasado.
306 Em dezembro de 2019, a Portaria de Consolidação 6 traz a atualização para
307 2019. ([http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.193-de-9-de-dezembro-de-](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.193-de-9-de-dezembro-de-2019-232399751)
308 [2019-232399751](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.193-de-9-de-dezembro-de-2019-232399751)). A SES está estudando a atualização do repasse pela
309 população 2019 após readequação do PPA. Luciane lembra que em 2018 a
310 CTAF trabalhou na proposta de atualização da deliberação CIB 501/13 e que há
311 texto pronto sobre o tema.

312

313 **6. PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM:**

314 Adriana Heberle, por fim cita que houve uma reunião com o Coren e houve a
315 sugestão para a próxima reunião ser realizada em conjunto para discutir os
316 fluxos e protocolos de enfermagem. Adriana solicita a Ana Paula da Silva
317 (Florianópolis) que fale na próxima reunião sobre os protocolos para o
318 conhecimento da função do farmacêutico. Essa reunião é para 03 de março de
319 2020.

320 **Encaminhamentos:** a Câmara Técnica será realizada no período da manhã no
321 dia 03 de março e no período da tarde, reunião conjunta Câmara Técnica com
322 Conselho de Enfermagem e Conselho de Farmácia para discutir os protocolos.

323

324

325

Lourdes de Costa Remor
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite